



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012980-47.2011.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade**
 Embargante: **Fundição & Zincagem São Carlos Ltda Epp**
 Embargado: **Fazenda do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

FUNDIÇÃO E ZINCAGEM SÃO CARLOS LTDA. EPP opôs **EMBARGOS A EXECUÇÃO** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, alegando, em síntese, que a execução deve ser extinta, por ser nula a certidão de dívida ativa, pois não preenche os requisitos legais para sua constituição, desrespeitando o art. 202 do CTN e art. 2º, § 5º, II, da Lei 6830/80; e pela falta de notificação do embargante sobre a existência de processo administrativo, que gerou a inscrição na CDA.

A **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** apresentou impugnação, pedindo a improcedência dos embargos, porque se trata de declaração e confissão da dívida pelo contribuinte, que gerou no momento o débito ora cobrado, dispensando o procedimento administrativo, a notificação e a homologação.

É o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O pedido não comporta acolhimento.

A certidão deve mencionar o valor originário do débito, consoante a previsão do artigo 2º, parágrafo 5º, II, da Lei n. 6830/80. Não há exigência do demonstrativo de débito, até porque o CPC só se aplica à situação supletivamente e, na hipótese, há previsão na lei especial acerca da certidão de dívida ativa. Trata-se de ICMS relativo a operações diversas de importação/substituição tributária, portanto, de débito declarado e não pago, nos termos do artigo 49 da Lei Estadual n. 6.374/89. Nessa situação e, termos do artigo 49 da Lei 6374/89, é de se afirmar que os juros de mora incidem a partir do vencimento da obrigação tributária, nos termos do artigo 1º e parágrafos, da Lei 10.175/98, A) por mês, à taxa referencial do sistema especial de liquidação e custódia (SELIC) para os títulos federais, acumulada mensalmente; B) por fração ou mês, a 1% (um por cento).

A Lei 10.175/98 estabeleceu a aplicação da taxa SELIC, em nada contrariando o disposto no artigo 161, parágrafo 1º, do CTN e referido artigo dispõe que os juros somente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

serão de 1% ao mês se a legislação não dispuser de modo contrário e ela estabeleceu modo diverso, respeitando os limites legais e constitucionais, tendo inclusive afastado a incidência de correção monetária em função da aplicação da taxa SELIC.

É constitucional a disciplina dos juros pela Lei 10.175/98, como já reconhecido pela jurisprudência e tais juros não se subordinam ao Código Civil. A aplicação dos juros tomando-se por base a taxa SELIC afasta a cumulação de qualquer índice de correção monetária, como já afirmado. Esse fator de atualização da moeda já se é considerado nos cálculos fixadores da referida taxa, ou seja, a SELIC inclui para sua aferição a correção monetária do período em que foi apurada, não havendo aplicação da UFESP. Sua legalidade já foi reconhecida pelo E. STJ no RE n.205.236-São Paulo (1999/0017191-8), Relator M. Humberto Gomes de Barros.

A certidão de dívida ativa contém todos os requisitos exigidos. Inexiste processo administrativo. Menos ainda se haverá falar em auto de infração. Trata-se de débito declarado pelo contribuinte. Nesta espécie de imposto é feito o autolancamento ou lançamento por homologação, em que o contribuinte realiza quase que todas as tarefas necessárias à constituição do crédito tributário, apurando o montante do tributo devido, que terá a obrigação de recolher independente de qualquer participação direta da administração tributária.

Assim, ao declarar o *quantum* do imposto a recolher, o contribuinte realiza confissão extrajudicial, com a mesma eficácia probatória da judicial (art. 353 do Código de processo Civil), sendo prescindível qualquer procedimento administrativo.

Neste sentido:

EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - Tributo objeto de autolancamento -Confissão do contribuinte configurada - correção e validade do título executivo, independente de procedimento administrativo e de expressa homologação - embargos improcedentes - recurso não provido.

Tratando-se de tributo objeto de autolancamento, ocorre autêntica confissão do contribuinte, além de submissão à aleatoriedade do controle do fisco. (Jurisprudência do Tribunal de Justiça-lex 145/78, Rel. MATHIAS COLTRO)

A certidão da dívida ativa, como afirmado, indica o valor do débito e a legislação que autoriza a cobrança de juros e multa.

Estas verbas têm origens diversas. Os juros constituem frutos do capital e a multa é uma sanção aplicada em virtude do inadimplemento.

A questão é antiga e a jurisprudência já firmou entendimento no sentido de que, não pago o tributo no prazo legal, incidem juros de mora e multa que, na situação, é de 20%. A certidão da dívida ativa indica o valor do débito e a legislação que autoriza a cobrança dos encargos.

Assim se orienta a jurisprudência: ICMS - AUTOLANÇAMENTO - Incidência do artigo 142, do CTN - Desnecessidade de notificação - Aplicabilidade da Lei nº 10.175/98 -


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Sentença mantida - Recurso improvido. Do corpo do v. acórdão destaca-se: cuida-se de embargos à execução de ICMS, declarado e não pago no prazo regulamentar. Trata-se do chamado lançamento por homologação, previsto no artigo 150, do CTN, e adotado pela legislação tributária estadual. Com o autolancamento, surge a obrigação do pagamento do tributo no prazo regulamentar, sem prévio exame pela Administração. Caso não ocorra o pagamento, a Administração pode inscrever a dívida, para futura execução, independentemente de procedimento administrativo, eis que ocorreu o requisito da falta de pagamento, conforme o artigo 201, do Código Tributário Nacional. Dentro desse regime, não há lugar para notificações para pagamento, conforme quer a apelante, uma vez que o débito foi, por ela mesma, declarado, não havendo necessidade de qualquer outra providência. Não há, também, porque excluir-se a aplicabilidade da Lei nº 10.175/98, pois, o tributo cobrado se refere a janeiro de 1999, não havendo qualquer desrespeito ao princípio da anterioridade. Referida Lei dispõe sobre a taxa de juros de mora, incidentes sobre impostos estaduais, e, ainda, sobre a suspensão da atualização monetária dos débitos fiscais, a partir de 1º de janeiro de 1999. Do exame da Certidão da Dívida Ativa (fls 3), verifica-se que foram cobrados os juros de mora, de acordo com o estabelecido na referida Lei, e que não foi cobrada a correção monetária, conforme dispõe o artigo 2º, do mesmo Diploma.” (Ap. Cível 169.888-5/3-00, Presidente Bernardes, Relator Desembargador Antonio Carlos Malheiros, fonte Jurid, 35ª ed., 2008).

A multa de 20% foi aplicada de acordo com os artigos 87 e 98 da Lei 6374/89, observada a nova redação introduzida pelo inciso X do artigo primeiro da lei estadual 9399/96. Não há que se reconhecer litigância de má-fé até porque não caracterizada.

Ante o exposto, julgo improcedentes os embargos e, porque sucumbiu, arcará a embargante com o pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00 (mil reais).

Prossiga-se, oportunamente, na execução.

P R I

São Carlos, 26 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**